



PREFEITURA DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS - AM.
CNPJ 04.329.736/0001-69
Site: www.parintins.am.gov.br
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Dra. Anacleto Garcia Araújo da Silva
Herberth de Azevedo nº 1486 - Fone(fax): (092) 3533-1399 / Parintins - AM - CEP: 69.151-580
procuradoriagin@hotmail.com



LEI Nº 490/2010 – PGMP

DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEI Nº 301/2002-PGMP QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **Frank Luiz da Cunha Garcia**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas no art. 65, inciso III, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal, em Sessão Extraordinária realizada no dia 21 de dezembro de 2010, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte:

L E I:

Art. 1º - O caput do art. 3º da Lei nº 301/2002-PGMP, passa a vigorar com a seguinte alteração, no inciso III, alínea “a” e no inciso XI:

Art. 3º

III –

~~a) projetos e programas educacionais e experiências pedagógicas inovadoras do Executivo ou das escolas;~~

a) projetos e programas educacionais e experiências pedagógicas inovadoras do Executivo, Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer ou das escolas;

~~XI – Autorizar, credenciar e inspecionar instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, no município.~~

XI – Autorizar, credenciar e inspecionar instituições de educação infantil e ensino fundamental criadas e mantidas pela iniciativa privada, no município.

Art. 2º - O art. 6º passa a vigorar com alteração de redação nos incisos III e IV e acréscimo dos incisos VII e VIII, § 1º e § 2º:

Art. 6º

~~III – por um representante das Associações de Pais, Mestres e Comunitários - APMC das escolas municipais;~~

III - por um representante dos Conselhos Escolares ou das Associações de Pais, Mestres e Comunitários - APMC das escolas municipais;

~~IV – por um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTEPUMPIM; e~~

IV - por um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINPTAMPIN;



PREFEITURA DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS - AM.
CNPJ 04.329.736/0001-69
Site: www.parintins.am.gov.br
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Dra. Anaclely Garcia Araújo da Silva
Herberth de Azevedo nº 1486 - Fone(fax): (092) 3533-1399 / Parintins- AM - CEP: 69.151-580
procuradoriagin@hotmail.com



VII – por um representante da educação indígena;

VIII – por um representante de cada universidade e instituto federal.

§ 1º - A escolha dos membros que irão compor o Conselho Municipal de Educação, bem como de seus suplentes será feita através de indicação de suas próprias bases; que indicarão também um suplente.

§ 2º - A indicação dos Conselheiros deverá recair, preferencialmente sobre profissionais com formação e experiência em diversas áreas da educação, tendo em vista a função normativa do órgão.

Art. 3º - Os caputs dos artigos 9º, 12, 14 e 18 passam a vigorar com as seguintes redações:

~~Art. 9º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação terá a duração de quatro anos, podendo ser reconduzidos por mais quatro anos, caso haja anuência das bases.~~

Art. 9º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação terá a duração de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período, caso haja anuência das bases.

~~Art. 12 - O Conselho Municipal de Educação - CME, funcionará com a seguinte estrutura física: uma sala de reuniões, plenário, móveis e equipamentos.~~

Art. 12 - O Conselho Municipal de Educação - CME, funcionará com a seguinte estrutura física: uma sala de reuniões ou plenária, móveis e equipamentos, adequados.

~~Art. 14 - O Conselho Municipal de Educação - CME, deverá contar com a assessoria de um profissional experiente, com conhecimentos aprofundados em legislação do ensino, capaz de subsidiar os Conselheiros nas discussões, no encaminhamento de decisões e na elaboração de Atos.~~

Art. 14 - O Conselho Municipal de Educação - CME, deverá contar com a assessoria de no mínimo dois profissionais experientes, com conhecimentos aprofundados em legislação do ensino, capazes de subsidiar os Conselheiros nas discussões, no encaminhamento de decisões e na elaboração de Atos.

~~Art. 18 - Caberá ao Executivo decidir sobre o pagamento ou não de jeton para os Conselheiros.~~

Art. 18 - Caberá ao Executivo o pagamento de jeton para os Conselheiros correspondentes a 30% do salário mínimo vigente.

Art. 4º - Revogar o art. 23.

~~Art. 23 - A nomeação dos primeiros membros do Conselho Municipal de Educação - CME, dar-se-á após 30 (trinta) dias decorridos da aprovação e sanção da lei que o instituiu. (Revogado)~~

Art. 5º - A numeração dos artigos 24, 25 e 26 será alterada para 23, 24 e 25 respectivamente.

~~Art. 24 - No prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da posse dos primeiros Conselheiros, será elaborado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação que será aprovado em plenário e homologado por Decreto do prefeito municipal.~~

Frank Luiz da Cunha Garcia
PREFEITO

Prefeitura Municipal de Parintins
Dra. Anaclely Garcia A. da Silva
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS - AM.
CNPJ 04.329.736/0001-69
Site: www.parintins.am.gov.br
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Dra. Anaclely Garcia Araújo da Silva
Herberth de Azevedo nº 1486 - Fone(fax): (092) 3533-1399 / Parintins- AM - CEP: 69.151-580
procuradoriapin@hotmail.com



~~Art. 25 - O Conselheiro exerce função de interesse público relevante e seu exercício tem precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que seja titular.~~

~~Art. 26 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.~~

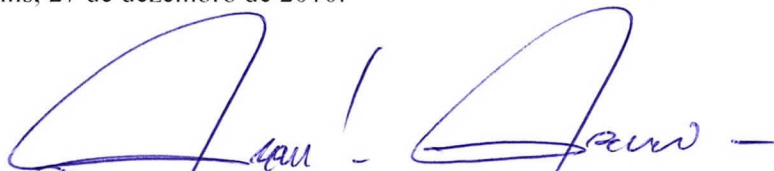
Art. 23 - No prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da posse dos primeiros Conselheiros, será elaborado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação que será aprovado em plenário e homologado por Decreto do prefeito municipal.

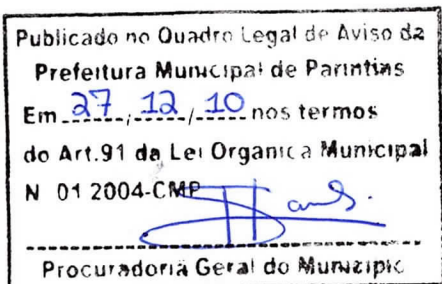
Art. 24 - O Conselheiro exerce função de interesse público relevante e seu exercício tem precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que seja titular.

Art. 25 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parintins, 27 de dezembro de 2010.


Frank Luiz da Cunha Garcia
Prefeito Municipal de Parintins



Kellen Alves dos Santos
Assistente Técnico Administrativo
Portaria nº 857/2005-PGMP